

Juventude negra: acesso e conclusão do Ensino Médio no Brasil

Arisne Munique da Silva Ramos (UFRB/CCS/Diversifica) – muniqui_arisne18@hotmail.com

Danilo Conceição dos Santos (UFRB/CCS/Diversifica) – danniloconceicao@hotmail.com

Luciana Alaíde Alves Santana (UFRB/CCS/Diversifica) – lualaide@gmail.com

Everson Meireles (UFRB/CCS/Diversifica) – eversoncam@yahoo.com.br

Resumo: Neste estudo preferiu-se a compreensão deste grupo social através do conceito de juventudes, no plural, mais especificamente o conceito definido pela Política Nacional de Juventude 2006 (PNJ). Dentro deste entendimento de juventudes, ao analisar os indicadores sociais é possível identificar os grupos que estão em maior vulnerabilidade social, para o qual dever ser pensadas e implementadas políticas públicas. Ao retratar juventudes, destacaremos a juventude negra enquanto agrupamento de análise, já que esta é uma parcela atravessada por limitações materiais e simbólicas, de sujeitos e instituições, impedindo o pleno gozo de seus direitos sociais. Portanto, este artigo terá como foco de análise o acesso e a conclusão do Ensino Médio por faixa etária e raça/cor em 2014 e 2015. Trata-se de um estudo que se utilizou de dados secundários, foram obtidos a partir microdados públicos, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que reúnem informações sobre o Censo Escolar. Os dados foram exportados para o software estatístico IBM SPSS Statistics 23, com meio para transformar os dados obtidos em informações sobre o fenômeno estudado. Desta forma, é necessário fomentar estudos de avaliação educacional da juventude negra, de forma a pressionar a criação de políticas públicas e estratégias que reduzam as desigualdades.

Palavras-chave: Juventude Negra, Acesso, Conclusão, Ensino Médio.

Segundo a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (Brasil, 1990), a juventude (adolescência) compreende as idades entre os 15 aos 18 anos incompletos. De acordo com Esteves e Abramovay (2009), duas existem duas abordagens principais sobre juventude. Por um lado, ela é vista como um período homogêneo, de recorte etário, com maior consenso quanto a seu início do que sobre o período que a limita, e por uma experiência juvenil única, vista enquanto um período transicional entre a infância e vida adulta, tendo como marcadores principais as mudanças sexuais e reprodutivas. Por outro, tem-se uma linha que entende juventude para além do recorte etário, respeitando as pluralidades deste agrupamento. Nessa abordagem, mais do que uma leitura biológica e psicológica do conceito de juventude, adere-se também as reflexões sociológicas e históricas, para elaboração de um conceito

extremamente complexo. Desta forma, não é possível falar em uma única experiência juvenil, pois esta será variável de acordo com a identidade racial, a questão de gênero, sexualidade, de renda, contexto histórico, dentre outras características constituintes, que nos leva a falar em juventudes.

Neste estudo preferiu-se a compreensão deste grupo social através do conceito de juventudes, no plural, mais especificamente o conceito definido pela Política Nacional de Juventude – PNJ (2006, pg. 5), segundo a qual:

“juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa-etária, que no Brasil congrega cidadãos com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos. Sendo tema de interesse público, a condição juvenil deve ser tratada sem estereótipos e a consagração dos direitos dos/das jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a(s) juventude(s).”

Dentro deste entendimento de juventudes, ao analisar os indicadores sociais é possível identificar os grupos que estão em maior vulnerabilidade social, para o qual dever ser pensadas e implementadas políticas públicas. Ainda sobre a análise destes indicadores, é possível afirmar que a juventude negra (pretos e pardos) é a mais afetada pela evasão escolar, por mortes violentas, pelo encarceramento e trabalhos informais (RODRIGUES, 2014; BRASIL, 2017).

Os jovens negros de baixa renda e baixa escolaridade compõem a maior parcela da população carcerária no Brasil (Departamento Penitenciário Nacional, 2014). A população jovem negra é que mais morre por homicídio, conforme o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ), referente aos jovens de 15 a 29 anos. No ano de 2015, jovens negros tinham 2,71 mais chances de morrerem por homicídio em relação aos jovens brancos (BRASIL, 2017).

Em estudo apresentado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2014), no ano de 2012, entre a população com mais de 15 anos, 23% da população branca tinha menos de quatro anos de estudo; entre os negros, este percentual atingiu 32,3%. O percentual de pessoas brancas com doze anos ou mais de estudo cresceu de 13,3%, em 2001, para 22,2%, em 2012, enquanto entre os negros aumentou de 3,5% para 9,4%. Em 2013, a taxa de evasão escolar entre os jovens negros, sem a conclusão do Ensino Fundamental foi de 11% superior ao registrado pela população de jovens brancos, que obteve percentual de 7% (RODRIGUES, 2014).

Sabe-se que há uma relação proporcional entre escolaridade e a ocupação por trabalho informal, de forma que poucos anos de escolaridade aumentam a chance do indivíduo estar na informalidade. Um indivíduo jovem no ano de 2013, com Ensino Fundamental incompleto, tem aproximadamente o triplo de chance de estar na informalidade, quando comparado a também um indivíduo jovem com Ensino Médio completo (BRASIL, 2016).

Neste sentido, ao retratar juventudes, destacaremos a juventude negra enquanto agrupamento de análise, já que esta é uma parcela atravessada por limitações materiais e simbólicas, de sujeitos e instituições, impedindo o pleno gozo de seus direitos sociais. Este estudo, portanto, adota como seu objeto principal a análise do acesso e da conclusão do Ensino Médio no Brasil, considerando diferentes faixas etárias e o perfil de raça/cor.

Método

Para a realização deste trabalho foram considerados os dados referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2014 e 2015. Na

mineração de dados a partir dos microdados da PNAD, foram considerados os seguintes documentos/critérios: a Política Nacional de Juventude (PNJ), complementar à conquista do Estatuto da Criança e Adolescentes – ECA (Brasil, 2006) considera jovens aqueles e aquelas que estão nas faixas etárias entre os 15 e os 29 anos. A PNJ divide a população jovem em três grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos (jovens-adolescentes); jovens de 18 a 24 anos (jovens-jovens); e da faixa dos 25 a 29 anos (jovens-adultos); informações sobre autodeclaração de raça/cor (branca, amarela, parda, preta, indígena) e renda familiar per capita ($\leq 1,5$ salários mínimos e $\geq 1,5$ salários mínimos). Os dados foram analisados de maneira descritiva e intragrupo.

Resultado e Discussão

A idade considerada ideal para o acesso e conclusão do Ensino Médio corresponde ao primeiro grupo da juventude (i.e. 15 a 17 anos), contudo, nos período analisado as faixas de idade 18-24 anos e 25-29 anos foram as que concentraram os maiores percentuais de estudantes matriculados (Tabela 01). Estes dados chamaram atenção para a escolarização tardia da população brasileira, sobretudo, para as populações parda e preta que apresentam percentuais ainda maiores de acesso tardio no país.

Tabela 01. Percentual de estudantes que acessaram o Ensino Médio por faixa etária e raça/cor – 2014/2015.

Faixas etárias	Total		Percentual de acesso, segundo segmentação raça/cor - 2014/2015									
	Brasil		Branca		Amarela		Parda		Preta		Indígena	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
15 a 17	39,9	39,2	48,6	46,0	61,1	50,3	34,2	35,1	32,6	33,3	34,5	16,0
18 a 24	55,3	56,5	54,5	55,2	50,4	52,0	55,8	57,3	56,4	58,8	49,4	46,8

25 a 29	46,9	47,7	43,9	45,8	30,8	26,6	48,8	49,1	52,5	51,8	41,3	30,0
---------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: IBGE/PNAD 2014/2015. Dados minerados pelo Diversifica/UFRB.

Em seu estudo sobre o desafio da universalização do Ensino Médio, Goulart, Sampaio e Nespoli (2006), argumentaram que o processo de escolarização tardia na educação brasileira está associada à retenção de estudantes em séries anteriores. Por isto, as baixas taxas de acesso ao Ensino Médio podem ser consequências da não saída deste grupo etário do Ensino Fundamental, mesmo após a redução das taxas de repetência na educação brasileira. Ainda neste estudo, aponta-se que estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis são os protagonistas na evasão escolar, ou no processo de escolarização tardia.

A Tabela 02 apresenta a configuração do acesso ao Ensino Médio, considerando a intersecção faixa etária e renda familiar *per capita*.

Tabela 02. Percentual da população brasileira que acessou o Ensino Médio por faixa etária e renda, 2014/2015.

Faixas etárias	Percentual de acesso ao Ensino Médio por faixa de renda – 2014/2015.			
	2014		2015	
	≤ 1,5 SM	> que 1,5 SM	≤ 1,5 SM	> que 1,5 SM
15 a 17	36,4	56,2	35,7	59,2
18 a 24	56,8	51,0	58,3	50,4
25 a 29	51,2	37,9	52,4	36,4

Fonte: IBGE/PNAD 2014/2015. Dados minerados pelo Diversifica/UFRB.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 02, jovens com renda familiar \geq à 1,5 SM em sua maioria acessaram o Ensino Médio na faixa etária de 15 a 17 anos,

enquanto jovens com renda familiar $\leq 1,5$ SM acessaram menos na faixa etária considerada ideal, caracterizando o acesso tardio por diferenças de renda. É importante considerar que em 2014, entre os 10% da população mais pobre, 76% são indivíduos autodeclarados negros (IBGE, 2015).

A educação é um importante fator para a mobilidade social. Para os negros ela é ainda mais representativa, pois em um cenário esperado, é a principal forma para reduzir as desigualdades, por via da qualificação. Entretanto, o que se observa é que a escola tem sido um espaço de reprodução dessas desigualdades, reforçando assim a exclusão racial (THEODORO, et al 2008). Nesta perspectiva, e sem desconsiderar a importante relação que a renda exerce sobre a escolarização tardia, vale ressaltar que a falta de referências pedagógicas sobre a cultura negra, seja nos livros didáticos, na temática trabalhada em sala de aula, da falta de manejo docente em lidar com o racismo cotidiano e a diversidade, desestimulam e comprometem o aprendizado do estudante negro, exemplificado através do significativo coeficiente de repetência e evasão escolar. (MUNANGA, 2000).

A Tabela 03 apresenta a configuração da conclusão do Ensino Médio, considerando a intersecção faixa etária e raça/cor.

Tabela 03. Percentual de estudantes que concluíram o Ensino Médio por raça/cor e faixa etária, em 2014/2015.

Faixas etárias	Total		Percentual de conclusão, segundo segmentação raça/cor - 2014/2015.									
	Brasil		Branca		Amarela		Parda		Preta		Indígena	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
15 a 17	4,28	4,03	5,5	5,0	6,3	4,1	3,6	3,4	3,0	3,6	0,4	2,1
18 a 24	39,32	40,28	41,1	41,5	42,5	42,1	38,0	39,6	38,1	39,5	31,0	23,5

25 a 29 38,98 39,58 37,7 39,8 27,0 23,4 39,6 39,7 43,0 41,7 28,8 24,4

Fonte: IBGE/PNAD 2014/2015. Dados minerados pelo Diversifica/UFRB.

Seguindo a tendência de acesso tardio ao Ensino Médio, jovens autodeclarados pardos e pretos, registraram baixos percentuais de conclusão na idade ideal (15-17 anos). Estes dados corroboram os achados de Oliveira (2015) segundo os quais mais da metade dos estudantes negros concluintes do Ensino Médio estavam fora da série para a idade esperada (17 anos), isso implica dizer que segundo dados daquele estudo, no ano de 2010, apenas 20,1% dos jovens negros estavam em adequação escolar, enquanto jovens brancos registravam 34%.

De acordo com o referido autor, o padrão de inadequação progride ao longo da educação básica, mais intensificado para a população negra. Em convergência, na Tabela 03, é possível visualizar que as populações preta e parda (população negra) registraram seus maiores percentuais de conclusão do Ensino Médio, na faixa etária de 25 a 29 anos, para ambos anos, enquanto as demais, em faixa etária anterior 18-24 anos.

Os percentuais de conclusão do Ensino Médio, considerando a intersecção faixa etária e renda familiar *per capita*, estão sumarizados na Tabela 04.

Tabela 04. Percentual da população brasileira que concluiu o Ensino Médio, por renda e faixa etária – 2014/2015.

Faixas etárias	Faixa de renda daqueles que concluíram o Ensino Médio, por faixa etária – 2014/2015.			
	2014		2015	
	≤ 1,5 SM	> que 1,5 SM	≤ 1,5 SM	> que 1,5 SM
15 a 17	3,6	7,6	3,43	7,46
18 a 24	38,6	41,2	40,19	40,57

25 a 29	41,4	34,1	42,57	33,15
---------	------	------	-------	-------

Fonte: IBGE/PNAD 2014/2015. Dados minerados pelo Diversifica/UFRB.

Em relação a renda familiar, conforme a Tabela 04, a faixa etária esperada 15 a 17 anos foi a que registrou menores percentuais de conclusão do Ensino Médio, para ambos os grupos de renda (\geq à 1,5 SM e \leq 1,5 SM). É possível ainda perceber que os estudantes concluem o EM tardiamente, sobretudo aqueles com menor renda.

Um estudo realizado em 2007 relacionou dados sobre raça e com os extremos de renda. Os resultados obtidos foram os seguintes: 53,3% de indivíduos brancos com renda de 0 a meio salário mínimo, na faixa etária de 18 a 24 anos, não concluiu o Ensino Médio, enquanto os com renda superior a 5 salários mínimos, registram um percentual de 1,9% para não concluintes do Ensino Médio. Quando se trata de indivíduos não brancos, para esta mesma faixa etária, aqueles com renda de 0 a meio salário mínimo, o percentual de não conclusão do Ensino Médio foi de 62,8% e para renda superior a 5 salários mínimos 6,9% de não concluintes do Ensino Médio (ANDRADE; DACHS, 2007).

A inadequação escolar comumente está associada à repetência e evasão escolar, fazendo com que estudantes fiquem retidos em séries inferiores à sua faixa etária. Segundo Alves et al, (2007) jovens que estão em posse de bens econômicos superiores à média tem menor chance de repetência quando comparados a jovens com baixo capital econômico, ou seja, o capital econômico se estabelece como fator protetivo, quando falamos em repetência.

Conclusão

Os dados apontaram que a juventude negra ainda está sujeita aos determinantes raciais materializado em desigualdades de acesso a escolarização básica, neste caso, o Ensino Médio. A escolarização tardia da população brasileira atinge, principalmente, jovens pardos e pretos. Nesse sentido, ressaltamos a urgência de políticas públicas e programas governamentais, que garantam condições para que os jovens negros e de baixa renda acessem e concluam com sucesso no tempo ideal os níveis de ensino.

Espera-se que este estudo contribua com o campo de estudos educacionais voltados para inclusão e diversidade neste nível de ensino. De forma, avançar na produção de dados longitudinais que permitam dá maior visibilidade as questões aqui apresentadas construindo uma e avaliação sistemática do acesso e conclusão da juventude negra e, com isso fomentar o debate sobre a necessidade de uma agenda voltada para o Ensino Médio, em especial para o grupo estudado, que priorize estratégias que reduzam iniquidades.

Referências

ADARÓ, Lúbia Siqueira. Política para a Juventude . *Rev. Fac. Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 63, pp. 455 - 489, 2013.

ANDRADE, Cibele Yahn de.; DACHS, J. Norberto W. A cesso à educação por faixa etária segundo renda e raça/cor. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 131, p. 399-422, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

____. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*, DF: Senado Federal.

____. Presidência da República. Secretaria de Governo. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

____. Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios. IBGE: Rio de Janeiro, 2010.

____. Presidência da República. Secretaria Geral. Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil / Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília : Presidência da República, 2015. 112 p.

____. Situação social da população negra por estado / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília : IPEA, 2014. 115 p

____. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça. (jun., 2014). Levantamento nacional de informações penitenciárias – INFOPEN. Brasília: o autor.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro Andrade; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007. 342 p.

GOULART, Orosinda Maria Taranto. SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno; NESPOLI, Vanessa. *O desafio da universalização do Ensino Médio*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014*. Rio de Janeiro, IBGE, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: MEC, 2000.

OLIVEIRA, Ramon. Juventude negras e Ensino Médio: uma discussão para a agenda das políticas afirmativas. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 13, n. 02, p. 309 - 30, 2015.

RODRIGUES, João Batista. *Racismo e evasão escolar*. 2014. 49 f. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Ciências Sociais: Licenciatura, Porto Alegre, 2014.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis, LUCENA, Carlos; FERREIRA, Luciana Rodrigues. As relações entre o Ensino Médio e a educação superior no Brasil: profissionalização e privatização. *Educ. Soc., Campinas*, v. 32, n. 116, p. 839-56, 2011.

THEODORO, Mário (org.), JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael , SOARES, Sergei.
As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição. –
Brasília : Ipea, 2008. 176 p.